

EDITORIAL

# JOGOS OLÍMPICOS E ALÉM

---

ALEXANDRE SANTOS DE MORAES<sup>1</sup>  
FÁBIO DE SOUZA LESSA<sup>2</sup>

A helenicidade dos macedônios foi motivo de diversas controvérsias. Ao longo dos conflitos contra os persas, quando se operou uma mudança significativa nas concepções a respeito das identidades étnicas helênicas<sup>3</sup>, a situação se mostrou ainda mais delicada e flutuante<sup>4</sup>. Nesse cenário, Heródoto

se viu particularmente empenhado em defender o vínculo que a Macedônia teria com a Hélade. No Livro V de *Histórias*, o historiador de Halicarnasso relatou um expediente que teria sido utilizado por Alexandre, filho de Amintas, para proclamar sua identidade helênica:

“Que esses descendentes de Perdicas, como os próprios afirmam, são gregos de origem, é algo que eu estou em condições de afirmar e mostrarei, mais adiante na minha narrativa, como de facto são gregos. Aliás também, entre os Gregos, os organizadores dos jogos olímpicos o reconheceram. De facto, Alexandre estava decidido a participar nesses jogos e apresentou-se na pista com essa intenção. Os Gregos seus adversários na corrida queriam excluí-lo, com o argumento de que a prova não era aberta a concorrentes bárbaros, mas exclusivamente a Gregos. Todavia, depois que Alexandre provou que era argivo de origem, consideraram-no grego; na corrida do estádio, ficou mesmo em primeiro lugar *ex aequo*. É esta a versão correcta dos factos” (HERÓDOTO, *Histórias*, V, 22)

Essa passagem, além de sublinhar as tensões que marcavam o processo de reconhecimento público da helenicidade dos macedônios, é um excelente indicativo para se conhecer uma importante

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Editor da Revista *Hélade*. E-mail: asmoraes@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: fslessa@uol.com.br

<sup>3</sup> Referimo-nos, nesse caso, ao mecanismo de autodefinição étnica proposto por Jonathan Hall (2004, p. 47): “a identidade étnica raramente pode ser salientada na ausência de um grupo externo [outgroup] contra o qual um grupo étnico pode definir a si próprio através de um processo comparativo intergrupar. Foi precisamente isso que aconteceu após as Guerras Pérsicas. Pela estabilização de um estereótipo, generalizando a imagem do bárbaro exótico, servil e pouco inteligente, a identidade grega pode ser definida ‘pela exclusão’, através da oposição com esta imagem da alteridade”.

<sup>4</sup> Tem-se conhecimento que o rei Dario I recebia tributos regulares de Amintas por volta de 510 a.C. e a Macedônia constava nas inscrições reais da Pérsia entre os povos subjugados ao Grande Rei (ENGELS, 2010, p. 87).

premissa que caracterizava os Jogos na Antiguidade e as respectivas “exclusões” que promovia. Os organizadores, responsáveis pela admissão, ou não, dos concorrentes, julgavam a partir de um imperativo bastante rígido: a participação dos povos definidos como “bárbaros” era proibida. Pode-se dizer, assim, que os Jogos Pan-helênicos operavam sob a lógica da inclusão dos iguais e da exclusão dos diferentes.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, esse ano celebrados pela primeira vez em uma cidade latino-americana, possuem conhecidas razões de ser que reforçam os vínculos com a Antiguidade Clássica. Disso decorre que falar em Olimpíadas é fazer uma remissão, quase que por capilaridade gramatical, à Grécia Antiga. Quando Pierre de Coubertin propôs o *revival* do evento, fez questão de celebrar a primeira reedição na cidade de Atenas, em 1896, exatamente para ratificar o “legado” dos gregos<sup>5</sup>. Resgatava-se não apenas os termos, algumas características e a tradição agonística, mas também um ideal paidêutico que era muito presente e estimulando nos jogos helênicos<sup>6</sup>.

Surge, no entremeio desse movimento de apropriação do passado, o tão falado *Olimpismo*, uma manifestação paradigmática da “tradição humanística Ocidental” (LOLAND, 1995, p. 49) que buscava

se universalizar através das práticas esportivas. No entanto, desde seu nascedouro, os Jogos Olímpicos da Era Moderna conviveram com uma contradição difícil de superar. Por um lado, eram organizados a partir de representações nacionais e as vitórias e derrotas dos atletas e equipes eram necessariamente atribuídas aos países que participavam da competição; por outro, os valores e expectativas dos proponentes se revestiam de um caráter transnacional, de tal modo que os princípios éticos que os Jogos ensejam deveriam estimular a superação das diferenças em torno de um ideal universalista.

Nacionalismo e universalismo não foram tratados como antíteses ou premissas inconciliáveis. Seriam, no máximo, anverso e reverso de uma mesma moeda: sem negar ou criticar a existência de diferenças nacionais, o Comitê Olímpico Internacional (COI) buscava submeter essas diferenças a um mesmo ideário e regramento para construir uma pauta comum. Tarefa ambiciosa, sem dúvida, especialmente em função dos dilemas e conflitos que marcaram as nações ao longo do século XX. No entanto, e a despeito das inúmeras flutuações que sofreu, esse ideal olímpico agregador foi sendo lentamente reforçado na retórica do COI. As chamadas *Cartas Olímpicas*, documentos que buscam definir os fundamentos éticos, organizativos e reguladores dos jogos, são uma importante referência para pensar essa difícil conciliação.

A primeira *Carta Olímpica* foi publicada em 1908 sob o título *Annuaire du Comité International Olympique*. Tratava-se de uma espécie de “ata de fundação” e apresentava uma série de disposições regulatórias para o Comitê fundado em 1894. As cartas subsequentes foram ampliando e especificando gradativamente as disposições protocolares. O amadorismo, por exemplo, que constava nas publicações mais antigas, só foi definido conceitualmente no documento de 1924, o mesmo que admitiu a participação das mulheres nas competições. Apenas após a Segunda Guerra Mundial, com a crítica que passa a ser feita aos fascismos europeus e à correspondente valorização da democracia representativa, é que a preocupação com os nacionalismos exacerbados aparece nos textos oficiais da entidade. Na *Carta Olímpica* de 1948, o COI diz

<sup>5</sup> Do ponto de vista historiográfico, é importante atentar para os riscos conhecidos que se operam sob a lógica do “legado”, não apenas porque a presença das sociedades antigas se manifesta de uma maneira muito mais ampla e generalizada na forma com que pensamos e experimentamos o mundo, mas também porque é fácil cair na sedução de uma concepção de tempo linear. Considere, por exemplo, a seguinte citação: “É preciso considerar que a cultura ocidental permanece como herdeira da Grécia clássica pelas diversas contribuições para o desenvolvimento da humanidade, como a arte, a filosofia e o esporte. A arte e a filosofia seguiram sem interrupção o legado grego, mas o esporte sofreu um hiato de 15 séculos a partir da proibição dos Jogos Olímpicos por Teodósio I (393 d.C.), até a restauração dos jogos pelo Barão de Coubertin (1896)” (TODT, 2007, p. 217).

<sup>6</sup> Impossível não atentar para as diferenças históricas que inevitavelmente estabelecem uma rotura entre os dois momentos. Em certo sentido, o ideal de disseminação do desporto no século XIX estava associado a “uma tendência funcionalista e racionalista, na medida em que buscavam responder a uma demanda advinda da defesa dos Estados Nacionais e ao aumento da produção capitalista” (RUBIO, 2002, p. 134).

regozijar-se com a aprovação universal que os Jogos Olímpicos então recebiam e elogiava as ações dos governos que adotavam amplos programas de educação física coletiva com vistas a aperfeiçoar o esporte popular. No entanto, alertava para “um perigo para o ideal olímpico”. De acordo com o Comitê,

“ao lado do desenvolvimento legítimo de esportes em conformidade com os princípios do amadorismo, não podem ser propagadas certas tendências que prevejam acima de tudo uma exultação nacional de sucesso a ser alcançada no lugar da realização do objetivo comum e harmonioso que é a essência da lei Olímpica” (COI, **Olympic Rules**, 1948, p. 27).

Documentos posteriores repetiram esse discurso *ipsi litteris*, mas a narrativa passou a valorizar ainda mais o universalismo dos Jogos e um tipo de conduta ética que serviria de alicerce para o evento<sup>7</sup>. A *Carta* de 1962, publicada em meio às tensões da Guerra Fria, defende que era objetivo do Movimento Olímpico “criar amizade internacional e boa vontade, levando assim a uma vida mais feliz e a um mundo mais pacífico”<sup>8</sup> (COI, **Olympic Charter**, 1962, p. 11). O caráter agregativo de escopo mundial passa então a definir o núcleo da narrativa. Recrudescer a perspectiva de que esse encontro periódico, pautado por uma ética planetária e regido por regras comuns a todos, sem clivagens ou disposições específicas, poderia estimular o diálogo e o entendimento das nações que, no plano político e diplomático, estavam verticalmente divididas.

<sup>7</sup> A questão do amadorismo, ou seja, na proibição de recebimento de recompensas financeiras pelo desempenho esportivo, um tema caro a Pierre de Coubertin, esteve sempre explicitada nos documentos. Na *Carta* de 1958, por exemplo, a questão do “Espírito Olímpico” aparece claramente discriminada nesses termos: “Os Comitês Olímpicos Nacionais devem encorajar o desenvolvimento do espírito olímpico entre os jovens de seus países. Eles devem promover um programa de educação para o público e insistir na filosofia do amadorismo. Há uma tendência de se concentrar excessivamente na performance e em novos recordes e de forma insuficiente nos valores sociais, educacionais, estéticos, éticos e espirituais dos esportes amadores” (p. 80)

<sup>8</sup> Esse texto passou a constar, a partir de 1973, na primeira parte do documento, consagrada tradicionalmente aos “Princípios Fundamentais”.

O imperativo ético que passa a constar nas *Cartas*, ainda assente no amadorismo e no *fair-play*, se associaria aos supostos benefícios do esporte para a construção de corpos e mentes saudáveis, capazes de gerar vínculos de solidariedade entre os povos e superar algumas dissensões latentes. A juventude, que sempre foi objeto privilegiado das atenções (ainda que as regras não estabelecessem limite de idade para os atletas), passou a ser representada com mais destaque, tanto que na *Carta* de 1978, dentre os objetivos expostos nos *Princípios Fundamentais*, o documento registra de forma literal a importância de “educar os jovens através do esporte, num espírito de melhor compreensão mútua e de amizade, ajudando assim a construir um mundo melhor e mais pacífico” (COI, **Olympic Charter**, 1978, p. 4). O caráter revitalizador dos jovens, como bem notara Karl Mannheim<sup>9</sup>, era tendência em um mundo ainda assombrado pelas tensões e fantasmas de duas guerras globais.

O debate sobre a ampliação e promoção do Olimpismo poderia se alongar indefinidamente caso tomássemos apenas as *Cartas* como referência. Mais do que isso, é preciso sublinhar que existiram alterações fundamentais nesse ideário, em especial a partir do abandono do amadorismo, o que levou inclusive à construção do conceito de *pós-olimpismo*<sup>10</sup>. Nota-se também que no entremeio da

<sup>9</sup> Na medida em que existe o desejo de adotar uma nova orientação, isso terá de fazer-se através da juventude. As gerações mais velhas ou intermediárias podem ser capazes de prever a natureza das mudanças futuras e sua imaginação criada pode ser empregada para formular novas políticas; mas a nova vida será vivida apenas pelas gerações mais jovens. Estas viverão os novos valores que os velhos professam somente em teoria. Sendo assim, a função da juventude é a de um agente revitalizador. Trata-se de uma espécie de reserva que se revela apenas se tal revitalização for desejada” (MANNHEIM, 1976, p. 92-93).

<sup>10</sup> De acordo com Kátia Rúbio (2002, p. 140) o pós-olimpismo “poderia ser caracterizado não como a prática esportiva que busca reviver o passado olímpico grego, mas refeito e reformulado apresenta-se como simulacro de um ideal onde elementos fundamentais à sua organização e prática são desprezados em detrimento da satisfação de interesses econômicos e políticos, que nem sempre estão diretamente relacionados com o fenômeno esportivo”

enunciação de princípios cada vez mais amplos e universalistas, o COI conviveu com inúmeras tensões e foi confrontado diversas vezes em função de suas escolhas. Recorde-se que, muito recentemente, o Comitê foi duramente questionado pela atribuição da organização dos Jogos a Pequim: questões relativas aos Direitos Humanos na China, à guerra no Darfur e à autonomia do Tibet vieram à baila e não foram sublimadas pela retórica universalista e pacifista. Mas, a despeito das contradições internas do Comitê, há um aspecto dos nacionalismos que não podem ser controlados pela narrativa, que também não dá conta do viés econômico que se acentuou nos últimos anos e que operou mudanças significativas na própria relação dos países com o evento<sup>11</sup>.

Na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman, presidente da Confederação Olímpica Brasileira (COB), enunciou um discurso que exhibe com clareza o sintoma dessas contradições. Frases como “nasce um mundo novo” e “vamos viver esses sonhos juntos e vamos viver juntos na diversidade” foram ditas ao lado de outras tantas que exaltavam o Brasil como centro irradiador de virtudes que não seriam, por princípio, brasileiras: “[a tocha Olímpica] vai trazer uma mensagem, de todos os brasileiros, uma mensagem de paz e união”. Mas não apenas para o mundo se dirige a mensagem. Após defender o esmero do país para a promoção da competição, Nuzman parafraseou uma passagem do Hino Nacional - “os filhos do Brasil não fogem à luta” -, recrudescida pelo tom regionalista de um aforismo carioca celebrizado pela música de Gilberto Gil: “E o Rio de Janeiro continua lindo”. E, reforçando esse regionalismo, diz em tom de conclusão: “O Rio está pronto para fazer história”.

<sup>11</sup> Como bem observou Pierre Bourdieu (1997, p. 126), “seria preciso enfim analisar os diferentes efeitos da intensificação da competição entre as nações que a televisão produziu através da planetarização do espetáculo olímpico, como o aparecimento de uma política esportiva dos Estados orientada para os sucessos internacionais, a exploração simbólica e econômica das vitórias e a industrialização da produção esportiva que implica o recurso ao doping e a formas autoritárias de treinamento”.

Do ponto de vista histórico, os Jogos Pan-helênicos não apenas dependiam da existência prévia, mas reforçavam os vínculos entre as *póleis* através da exclusão sumária dos bárbaros. Os Jogos da Era Moderna, dentre as muitas diferenças observáveis, buscam ser mais amplos e inclusivos, pelo menos no que diz respeito à participação dos atletas. Na edição de 1896, em Atenas, participaram apenas catorze países, todos europeus, com exceção dos Estados Unidos. Na última edição, no Rio de Janeiro, mais de 200 países marcaram presença. Tal inclusão não representa, contudo, o afrouxamento das fronteiras nacionais que, pelo contrário, parecem reforçadas com o contato com as diferenças que são, dado o volume de participantes, cada vez mais latentes e perceptíveis. Isso ocorre não apenas porque o Movimento Olímpico é incapaz de sugerir iniciativas práticas e viáveis que permitam a diminuição das diferenças, principalmente do ponto de vista material, mas porque a própria diferença material atua como substrato para a definição do sucesso e ou fracasso esportivos. É precisamente por essas e outras tantas tensões, embates e conflitos que caracterizam esse megaevento contemporâneo, que esta edição da *Hélade* convidou especialistas a discutir esportes e práticas corporais, ratificando o compromisso de diálogo das experiências sociais do mundo antigo com nossos dilemas e conflitos do mundo contemporâneo.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P. Os Jogos Olímpicos. In: \_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 123-128.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Olympic Rules**. Lausanne, 1946. Disponível em: <[www.olympic.org](http://www.olympic.org)>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Olympic Charter - Provisional edition**. Lausanne, 1978. Acesso em 18 de agosto de 2016.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Olympic Charter**. Lausanne: DidWeDo S.à.r.l., 2015. Disponível em: <[https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic\\_charter\\_en.pdf](https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf)>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

HERÓDOTO. **Histórias – Livro V**. Trad. Maria de Fátima Sousa e Silva e Carmen Leal Soares. Lisboa: Ed. 70, 2007.

ENGELS, Johannes. Macedonians and Greeks. *In*: ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian (org.). **A Companion to Ancient Macedonia**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 81-98.

HALL, Jonathan. **Ethnic identity in Greek antiquity**. Cambridge: The Cambridge University Press, 2004.

LOLAND, S. Coubertin's Ideology of Olympism from the Perspective of the History of Ideas. *In*: **OLYMPIKA: The International Journal of Olympic Studies**, v. 4, n. 1, 1995, p. 49-78.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. *In*: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. (org.). **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 91-97.

TODT, N. S. Jogos Olímpicos da Antiguidade: o festival Panelênico e seus diversos eventos e significados. *In*: RUBIO, K.; FILHO, A. R.; TODT, N.; MESQUITA, R. (org.). **Ética e Compromisso social nos Estudos Olímpicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 217-227.

RUBIO, K. Do Olimpo ao Pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. *In*: **Revista paulista de Educação Física**, v. 16, n. 2, 2002, p. 130-143.